

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.811 - SE (2019/0123079-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NEDL CONSTRUÇÕES DE DUTOS DO NORDESTE LTDA**  
**ADVOGADOS : JULIANE DE OLIVEIRA LIRA FREITAS - PE023091**  
**HENRIQUE ALVES DE MELO - PE040642**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pela NEDL CONSTRUÇÕES DE DUTOS DO NORDESTE LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO FISCAL EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE CONDENAÇÃO DA EXEQUENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CABIMENTO OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE FIXAÇÃO EM R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) ART 85 § 8º NCPC APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Alega violação do art. 85, § 3º, do CPC, no que concerne à inobservância do critério objetivo previsto em referido parágrafo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Para o caso em comento o Código Processual Civil de 2015 estabelece o percentual definidamente expresso para as causas envolvendo a Fazenda Pública, que, como estamos diante de uma execução fiscal no valor de R\$ 1.373.010,54 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, dez reais e cinquenta e quatro centavos), atualizado até o dia 17.08.2015 (Doc. 05), se enquadra no parâmetro entre 200 (duzentos) e 2.000 (dois mil) salários mínimos, como se verifica no dispositivo do artigo 85, §3º, inciso II (fl. 294).

No acórdão citado ficou estabelecida a natureza híbrida dos honorários advocatícios sucumbenciais, razão pela qual deve-se aplicar a lei processual vigente à época da prolação da decisão, que no caso em questão é o CPC de 2015, pois a sentença foi proferida após o dia 18.03.2016, de sorte que a aplicação do parágrafo terceiro do artigo 85 do CPC é medida que se impõe (fl. 297).

Pela onerosidade e transtornos que couberam a Recorrente em virtude da demanda descabida que lhe fora imposta, apresenta-se com o ideal de manutenção do máximo de 10% estipulados na sucumbência estabelecida pelo juízo de primeiro grau para compensação, ante o injusto ocorrido (fl. 295).

É o relatório. Decido.

Incide, na espécie, o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente